

PLANO DE ENCERRAMENTO
 Compensação Ambiental da PCH Córrego Fundo
 Processo de Compensação Ambiental SID nº. 22.228.055-9
 MEDIDAS COMPENSATÓRIAS (MC) - LEI 9.985/2000



Tipo da ação: Implementação de ações de manutenção e manejo

CRONOGRAMA GERAL DAS ATIVIDADES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTIMADA

ABRANGÊNCIA DA APLICAÇÃO	OBJETO	Valor Unitário	Rendimento	Valor Total
		R\$ 192.434,30	R\$ 4.501,00	R\$ 196.935,30
AÇÕES DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS (IAT)				
Sistema Estadual de Unidades de Conservação		UC	Data	Valor
	Terceirizado - Vigilante	PE Amaporã	12/03/2026	R\$ 28.799,19
	Terceirizado - Vigilante	EE Caiuá	12/03/2026	R\$ 28.799,19
	Terceirizado - Vigilante	PE Vila Rica do Espírito Santo	12/03/2026	R\$ 24.141,39
	Terceirizado - Vigilante	PE São Camilo	12/03/2026	R\$ 28.799,19
	8 medição - Obra de Ampliação e Reforma do (parcial)	PE Ilha das Cobras	19/03/2026	R\$ 86.358,91
	Aquisição de Placas para sinalização visual nas Unidades de Conservação (parcial)	Gestão UCs	07/05/2026	R\$ 37,43
TOTAL				R\$ 196.935,30

JUSTIFICATIVA: Implementar ações de manejo e manutenção do Sistema Estadual de Unidades de 19781,36Conservação.

Artigo 33 do Decreto Federal 4.340/2002 - A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei no 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I - regularização fundiária e demarcação das terras;
- II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;**
- IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e
- V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

Parágrafo único. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- I - elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;
- II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;
- III - implantação de programas de educação ambiental; e
- IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.